

OCDE recomenda ajuste fiscal

Para se aproximar mais da renda per capita dos 30 países que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil terá de avançar em três frentes: consolidar o ajuste macroeconômico, estimular a inovação nas empresas e ampliar o emprego formal. A recomendação consta de amplo relatório da OCDE sobre Brasil divulgado ontem. O documento avalia ainda que é essencial no país o controle de gastos públicos.

A organização — que reúne países desenvolvidos e em desenvolvimento — aponta que a

renda per capita do brasileiro representa menos de 29% do valor médio da OCDE atualmente. A distância aumentou desde o início da década de 1980, quando a renda do brasileiro chegou a 41% do valor médio da OCDE.

Para reduzir essa diferença em 25 anos, a taxa de crescimento da economia brasileira teria que

PRODUÇÃO

2,5%

*foi o crescimento médio da
economia brasileira entre
1980 e 2005*

ultrapassar a da área da OCDE em 5 pontos percentuais por ano. O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) tem que melhorar e as condições para isso estão dadas, segundo o estudo. A economia brasileira teve crescimento médio de apenas 2,5% entre 1980 e 2005.

“O principal desafio do Brasil na macroeconomia é continuar

a reduzir o déficit público enquanto aprimora o ajuste fiscal, que até agora tem se sustentado mais pelo aumento de receitas do que pela redução de gastos”, afirma a OCDE no estudo, defendendo o controle dos gastos correntes, especialmente com a Previdência Social.

A OCDE cobra também mais investimento do setor privado em pesquisa e desenvolvimento, que é baixo em relação à média da organização. Reconhecendo nichos de excelência no país, em particular nas universidades públicas, o estudo sugere que ainda há muito por fazer.